



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ATA Nº. 17/2015

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM QUINZE DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E QUINZE:-----

-----Aos quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze, pelas quinze horas, nesta Vila de Mortágua e no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu o Executivo deste Órgão, conforme o disposto no artigo 40º. da Lei número 75/2013, de doze de setembro, em reunião ordinária sob a presidência do Eng.º José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, eleito pelo PPD/PSD e com a presença dos Senhores Vereadores:-----

-----Eleitos pelo PPD/PSD: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, Dr.ª Emília Maria Almeida Santos Neves de Matos e Eng.º Serafim Paulo Melo de Oliveira.-----

-----Eleitos pelo PS: Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca, Dr. Acácio Fonseca Fernandes e Dr.ª Márcia Maria dos Santos Lopes.-----

-----A presente reunião foi, conforme despacho nº. 3/2013, de 25 outubro, secretariada pelo Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças, Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques.-----

-----Depois de declarada pelo Senhor Presidente aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

1.-APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:-----

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião ordinária realizada a 1 de julho de 2015, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.-----

2.-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:-----

-----O Senhor Presidente, nos termos do artigo 34.º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, deu conhecimento das decisões tomadas no uso das competências que lhe foram delegadas e das subdelegadas nos Vereadores.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Deu ainda conhecimento da publicação no Diário da República da Lei nº. 65/2015, de 3 de julho – Primeira alteração à Lei nº. 85/2009, de 27 de agosto, estabelecendo a universalidade da educação pré-escolar para as criança a partir dos 4 anos de idade.-----

-----Mais deu conhecimento que:-----

-----No uso da sua competência própria adjudicou a empreitada para a requalificação e adaptação do Edifício da Escola Primária de Vila Moinhos em Centro de Dia, à Edibest, Ldª. pelo valor de sessenta e três mil seiscentos e dezassete euros e quarenta e nove cêntimos (63.617,49 €), sem IVA incluído.-----

-----O Tribunal de Contas deliberou em 14 do corrente mês conceder o visto ao processo de compra e venda dos prédios rústicos na União de Freguesia de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, a Maria Alexandra Festas Cancela d'Abreu, incluídos no Plano de Pormenor de Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.-RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Resumo Diário da Tesouraria número 131, referente ao dia 14 do corrente mês, que depois de rubricado se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na tesouraria em pasta própria.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.-EXPEDIENTE:-----

4.1.-Tribunal de Contas:-----

-----Foi presente o ofício referência 11989, de 30 de junho findo, da Direção Geral do Tribunal de Contas através do qual informa a homologação da conta relativa ao exercício de 2013 e comunica as seguinte recomendações:-----

-----Proceda à reformulação da Norma de Controlo Interno no sentido de que a mesma se adeque aos normativos em vigor;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Cumpra os limites de endividamento previstos na Lei, devendo ter em consideração o estipulado, designadamente, nos artigos 48º. A 54º. da Lei nº. 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, bem como o previsto na Lei de Enquadramento Orçamental e os limites impostos pelas Leis do Orçamento do Estado.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.2.-ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES:-----

4.2.1.-Artigo 139º. do novo Código do Procedimento Administrativo – Publicação de Regulamentos Municipais no Diário da República:-----

-----Foi presente a Circular referência 64/2015, de 29 de junho findo, da Associação Nacional de Municípios Portugueses dando conhecimento que o Gabinete de Sua Excelência o Ministro da Presidência e dos assuntos Parlamentares veio a subscrever o entendimento da ANMP sobre o assunto acima referido, no sentido de que:-----

-----*É entendimento do Senhor Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, que a publicação por se tratar de imposição legal e não opção facultativa, deverá ser gratuita.-----*

-----*Por isso, foi nesta data informada a administração da INCM para, à luz do atrás narrado, determinar que as referidas publicações sejam gratuitas para as Autarquias Locais.*”.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.2.2.-Contributo para a dívida municipal 2º. trimestre 2015:-----

-----Foi presente a Circular referência 66/2015, de 29 de junho findo, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, através da qual para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de cada município conforme a alínea b), nº.1 do artigo 54º. da Lei nº. 73/2013, de 3 de setembro, envia os dados relativos ao contributo da ANMP para o referido cálculo e no que respeita ao 2º. trimestre de 2015, tendo em conta a respetiva



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

quotização do corrente ano, que no caso do Município de Mortágua é no montante de mil seiscentos e vinte e quatro euros e vinte e um cêntimos (1.624,21 €) uma vez que a quota é de quatro mil duzentos e dezoito euros (4.218,00 €).-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.3.-INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL:-----

-----Foi presente o ofício referência CS/2015/484, de 8 de julho corrente, das Infraestruturas de Portugal dando conhecimento que, os descarrilamentos ocorridos em 2014 na Linha da Beira Alta originaram elevados prejuízos na infraestrutura de via e impuseram significativas restrições à circulação.-----

-----No sentido de minorar os impactos daquela ocorrência, e garantir a reposição da circulação, foram desenvolvidas intervenções pontuais corretivas, tendo desde logo sido encetadas as ações tendentes ao desenvolvimento dos projetos para intervenções mais profundas que se impunham concretizar e que agora irão iniciar.-----

-----A primeira fase dos trabalhos tem como objetivo a beneficiação das pontes de Várzeas, de Meligioso e de Trezoi, e permitirá ultrapassar alguns dos constrangimentos atualmente existentes nestas obras de arte, contribuindo para o processo de valorização, que se encontra em desenvolvimento, do itinerário ferroviário da Linha da Beira Alta.-----

-----Para a concretização da empreitada, que terá a duração de um mês, será necessário efetuar interdições à circulação, o que obrigará, pontualmente, à realização de transbordos rodoviários a partir do dia 11 de julho, pelo que solicitam a colaboração do Município de Mortágua.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.4.-FERROVIAL SERVIÇOS:-----

-----Foi presente a carta datada de 30 de junho findo da Ferrovia Serviços informando que em 23 de junho teve lugar o registo de fusão de várias empresas do Grupo Ferrovia em Portugal, sendo que a sociedade CESPA PORTUGAL, S.A. incorporou as sociedades FERROVIAL,



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

GESTÃO e MANUTENÇÃO DE EMPREENDIMENTOS, Ldª. e NOVIPAV, INVESTIMENTOS; SGPS; S.A, ao mesmo tempo que alterou a sua denominação para FERROVIAL SERVIÇOS, S.A. dilatou o seu objeto social e aumentou o seu capital social para seis milhões e quatrocentos mil euros (6.400.000,00 €), mantendo a sua sede social na Avenida Almirante Gago Coutinho, nº. 144, em Lisboa.-----

-----Esclarecem ainda que, nos termos do estabelecido na alínea a) do artigo 112º. do Código das Sociedades Comerciais, as sociedades incorporadas extinguem-se com a inscrição da fusão no registo comercial, mas os seus direitos e obrigações transmitem-se automaticamente para a sociedade incorporante, pelo que a FERROVIAL SERVIÇOS, S.A. passará a exercer os direitos e honrará todos os compromissos que, àquela data, pertenciam à FERROVIAL, GESTÃO E MANUTENÇÃO DE EMPREENDIMENTOS, LDª. E NOVIPAV, INVESTIMENTOS, SGPS. S.A.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

5.-EDUCAÇÃO E JUVENTUDE:-----

5.1.-JUVENTUDE:-----

5.1.1.-Apoio Natalidade e Famílias – Ratificação de processos:-----

-----Para efeitos de conhecimento e ratificação pelo Senhor Presidente foram presentes os processos de candidatura nº. 25 e 26/2015 para atribuição do Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua que entrou nos serviços e que deferiu nos termos do nº.1 do artigo 6º. do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua.-----

-----A Câmara por unanimidade ratificou a decisão tomada pelo Senhor Presidente.-----

6.1.1.1.-Centro de Atividades da Associação Cultural e Desportiva da Sobrosa – II Feira das Pechinchas:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o pedido do Centro de Atividades da Associação



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Cultural e Desportiva da Sobrosa dando conhecimento que vai realizar no próximo dia 9 de julho a II Feira das Pechinhas que terá animação durante todo o dia, incluído uma aula de zumba com espuma.-----

-----Considerando esta entidade, têm pautado a sua atuação por uma orientação cívica, visando a prossecução de fins de natureza cultural, desportiva, recreativa ou outros socialmente relevantes, contribuindo, assim, para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população.-----

-----Esta associação desempenha relevantes funções sociais, com impactos diretos para a economia do Concelho e para a população local, potenciando a afluência de visitantes, divulgação da cultura, preservação das tradições, entre outros.-----

-----Esta associação tem um papel insubstituível na dinâmica e desenvolvimentos local.-----

-----O Senhor Presidente propôs a atribuição de um subsídio no montante de cento e cinquenta euros (150,00€) .-----

-----Considerando que o valor do subsídio não é superior a mil euros (1.000,00 €) não está obrigado às formalidades do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, conforme dispõe o seu artº.2º-----

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, com um saldo de cento e sessenta e cinco mil trezentos e cinquenta euros e quarenta e quatro centimos (165.350,44 €) e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2015/5027– Atividades Culturais Desportivas e Recreativas com um saldo de seis mil seiscentos e sessenta e três euros e onze centimos (6.663,11 €), devendo os serviços de contabilidade proceder ao lançamento do respetivo compromisso.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

proposto para apoio à organização da ação e a transferir aquando da realização do evento, e autorizar o registo do compromisso no orçamento municipal do corrente ano.-----

6.1.1.2.-Rancho Folclórico e Etnográfico de Vale de Acores – Apoio a atividades/Investimentos:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Tendo sido presente a esta Câmara Municipal, pedido de apoio financeiro, remetido pelo Rancho Folclórico e Etnográfico de Vale de Acores, entende-se que este deve ser alvo de estudo por parte do Executivo Municipal.-----

-----Está em causa um pedido de apoio a investimento, bem como apoio financeiro para desenvolvimento das atividades regulares desta Associação. -----

-----Fundado a 28 de janeiro de 1978 e oficializado a 28 de janeiro de 1982, o Rancho Folclórico e Etnográfico de Vale de Acores é uma instituição de cariz cultural, símbolo do nosso Concelho na preservação e divulgação da cultural popular, voz viva de tradições e hábitos ancestrais.-----

-----Esta é uma Associação que tem um importante papel na divulgação do nosso Concelho além fronteiras, contribuindo, também, para o desenvolvimento do mesmo e para o afluxo de gente a Mortágua, nomeadamente aquando da Gala Internacional de Folclore.-----

-----Este investimento reveste um papel insubstituível na dinâmica e desenvolvimentos local. Assim, nos termos do disposto dos art.º 8.º e 9.º do Regulamento Municipal para a Atribuição de Apoio a Entidades Terceiras, proponho a atribuição do seguintes subsídios de apoio financeiro a investimentos:-----

-----◆ Rancho Folclórico e Etnográfico de Vale de Acores, no montante de €10.000,00 (dez mil euros).”-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita nas Opções do Plano no Projeto 2015/5029 “Investimentos das



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Associações Culturais, Desportivas e Recreativas” dotado com financiamento definido de dezasseis mil trezentos e quarenta e seis euros e onze cêntimos (16.346,11 €) e de e tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 080701 *Instituições sem fins lucrativos*, com um saldo de cento e sessenta e seis mil trezentos e quarenta e seis euros e onze cêntimos (166.346,11 €).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio de dez mil euros (10.000,00 €) nos termos do Protocolo a celebrar.-----

-----De acordo com o preceituado no nº.4 do artigo 31º. do CPA o Senhor Vereador Dr. Paulo Alexandre de Oliveira o Senhor Vereador Dr. Paulo Alexandre de Oliveira não participou na discussão e votação deste ponto, uma vez que faz parte da Direção do Rancho.-----

6.1.1.3.-Casa do Benfica de Mortágua – Apoio a Investimentos:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Tendo sido presente a esta Câmara Municipal, pedido de apoio financeiro, remetido pela Casa do Benfica em Mortágua, entende-se que este deve ser alvo de estudo por parte do Executivo Municipal.-----

-----Está em causa um pedido de apoio a investimento para remodelação da sede desta Associação. -----

-----A Casa do Benfica de Mortágua, tem tido um papel de relevo no fomento e incentivo à prática do desporto, tendo sido pioneira na modalidade de futsal feminino e tendo lançado, recentemente, uma equipa de formação no Andebol- os “Bambis”.-----

-----Ao longo dos tempos, a Casa do Benfica em Mortágua, tem demonstrado ser uma mais valia para Mortágua, tendo tido um papel preponderante na dinamização desportiva e elevando o nome do nosso Concelho, com os bons resultados atingidos pela equipa de futsal feminino.-----

-----A dinâmica e dedicação dos seus associados, tornam a casa do Benfica numa das mais



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

activas associações concelhias, sendo a sua sede um espaço de convívio e lazer para sócios, simpatizantes e população em geral.-----

-----Este investimento reveste um papel insubstituível na dinâmica e desenvolvimentos local.-

-----Assim, nos termos do disposto do art.º 4º do Regulamento Municipal para a Atribuição de Apoio a Entidades Terceiras, proponho a atribuição do seguintes subsídios de apoio financeiro a investimentos.-----

-----♦ Casa do Benfica em Mortágua, no montante de € 5.000,00 (cinco mil euros)”.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita nas Opções do Plano no Projeto 2015/5029 “Investimentos das Associações Culturais, Desportivas e Recreativas” dotado com financiamento definido de dezasseis mil trezentos e quarenta e seis euros e onze cêntimos (16.346,11 €) e de e tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 080701 *Instituições sem fins lucrativos*, com um saldo de cento e sessenta e seis mil trezentos e quarenta e seis euros e onze cêntimos (166.346,11 €).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto deliberou, por unanimidade atribuir o subsídio de cinco mil euros (5.000,00 €) nos termos do Protocolo a celebrar.-----

7.-PROTEÇÃO CIVIL:-----

7.1.-PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DA MANCHA FLORESTAL:-----

7.1.1.-Emissão de parecer referente à autorização para ações de (re)arborização de Fernando Ferreira de Oliveira:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente ofício refª. 36419/2015/DCNF-C/DLAP, datado de maio último, do ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas a solicitar, nos termos do nº.1, do artigo 9º., do Decreto-Lei nº. 96/2013, de 19 de julho, a emissão do parecer desta Câmara sobre o pedido de autorização para ações de (re)arborização de Fernando Ferreira de Oliveira, tendo o Técnico do Gabinete Técnico Florestal emitido, em 10 de julho



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

corrente, o seguinte parecer.-----

-----“Na sequência do despacho do Exmº. Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Júlio Henriques Norte, e no seguimento do requerimento apresentado pelo ICNF, no âmbito da autorização prévia para ações de rearborização de Fernando Ferreira de Oliveira com o Registo nº. 10200 do RJAAR:-----

-----Para efetuar ações de rearborização nos prédios a seguir identificados: - Freguesia: Sobral;- Localização: Limoso; - Artigo de Matriz: 3419,3420,3421 e 3422; - Área: 0,58 ha.-----

-----De acordo com a planta de localização apresentada, após análise e enquadramento da área em PDM eficaz, verifica-se que a pretensão insere-se integralmente o em “espaço natural, afeto à REN (Reserva Ecológica Nacional) (Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo), estando ainda na zona de influência do Plano de Ordenamento da Albufeira da Aguieira POAA. Este enquadramento e condicionantes estão integral e corretamente identificados no projeto apresentado pelo requerente.-----

-----Quanto ao enquadramento no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Mortágua, não se verificam condicionantes para a área.-----

-----Tratando-se de uma florestação com eucaliptos, a espécie é coincidente com as condições edafoclimáticas da estação.-----

-----Salienta-se contudo a necessidade de cumprimento e condicionantes do POAA.-----

-----Em conclusão, cumpridas todas as normas e condicionantes legais, nada há a opor ao projeto apresentado.”-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

7.1.2.-Pedidos de Autorização Prévia para Utilização de Fogo de Artifício (nº.2, do artº. 29º. do Dec. Lei nº. 124/2006, de 18 de Julho):-----

7.1.2.1.-Requerimento 493/TR/2015 - Nossa Senhora das Neves em Vila Meã:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento registado com o número 493/TR/2015, de Jorge Alexandre Dias Ferraz, nos termos do disposto o número 2, do artigo 29º., do Decreto – Lei número 124/2006, de 28 de junho ,com nova redação que lhe foi dada pelo Decreto –Lei nº.17/2009, de 14 de janeiro, de autorização prévia para a utilização de fogo de artifício nas Festas de Nossa Senhora das Neves, em Vila Meã, Freguesia do Sobral nos dias 2,3, e 5 de agosto, sendo efetuado o lançamento do fogo na Várzea agrícola da Vila Meã.

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade emitir a autorização prévia solicitado.-----

7.1.2.2.-Requerimento 495/TR/2015 - Nossa Senhora da Piedade, no Sobral:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento registado com o número 495/TR/2015, de Jorge Alexandre Dias Ferraz, nos termos do disposto o número 2, do artigo 29º. do Decreto – Lei número 124/2006, de 28 de junho, com nova redação que lhe foi dada pelo Decreto –Lei nº.17/2009, de 14 de janeiro, de autorização prévia para a utilização de fogo de artifício nas Festas de Nossa da Piedade, no Sobral , Freguesia do Sobral nos dias 8 e 9 de agosto, sendo efetuado o lançamento do fogo na Várzea agrícola do Sobral atrás do Cemitério.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade emitir a autorização prévia solicitado.-----

7.1.2.3.-Requerimento 496/TR/2015 - Nossa Senhora da Guia, na Felgueira:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento registado com o número 496/TR/2015 de Jorge Alexandre Dias Ferraz, nos termos do disposto o número 2, do artigo 29º. do Decreto – Lei número 124/2006, de 28 de junho, com nova redação que lhe foi dada pelo Decreto –Lei



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

nº.17/2009, de 14 de janeiro, de autorização prévia para a utilização de fogo de artifício nas Festas de Nossa Senhora da Guia, na Felgueira, Freguesia do Sobral nos dias 8 e 9 de agosto, sendo efetuado o lançamento do fogo atrás da oficina de Mexias Teixeira.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade emitir a autorização prévia solicitada.-----

8.-ADMINISTRAÇÃO:-----

8.1.-EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DO NINHO DE EMPRESAS COM SERVI RODRIGUES UNIPessoal, LDª.:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação do Coordenador Técnico da Unidade de Contratação Pública, datada de 10 do corrente mês, sobre o assunto em epígrafe e que a seguir se transcreve:-----

-----“ASSUNTO: Emissão de parecer vinculativo para celebração do contrato de prestações de serviços com SERVI RODRIGUES:-----

-----I-Objeto do contrato:-----

-----O contrato de prestação de serviços tem como objeto a prestação de serviços para a limpeza dos vidros exteriores do edifício do Ninho de Empresas.-----

-----II-Enquadramento legal do pedido de parecer vinculativo:-----

-----1.-Nos termos do 6º. do Dec. Lei 209/2009, de 3 de Setembro, a celebração de contratos de prestação de serviços, carece de parecer favorável do órgão executivo:-----

-----Os termos e tramitação do parecer favorável neste momento, encontra-se regulamentada nos termos da Portaria 149/2015, de 26 de Maio.-----

-----2.-Conforme determina o nº. 2 do artigo 3º. desta Portaria a emissão de parecer favorável depende da verificação dos seguintes requisitos cumulativos:-----

-----a) Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se releve inconveniente o



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público.-----

-----b) Existência de cabimento orçamental.-----

-----c) Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável.-----

-----d) Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no nº1 do artº. 2º. e artigo 4º. da Lei 75/2014, de 12 de Setembro e artigo 75º., da Lei 82-B/2014, de 31 de Dezembro, juntando para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado.-----

-----III- Do contrato de prestação de serviços a celebrar:-----

-----1.-Tendo por base o contrato a celebrar, pelo prazo de 3 anos com o presente prestador de serviços , demonstra-se que:-----

-----a) Trata-se de trabalho não subordinado, não existindo qualquer possibilidade ao recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público, porquanto o quadro de pessoal não possui pessoal qualificado nem meios técnicos para o efeito.-----

-----b) Pelos serviços de contabilidade foi emitida a declaração de cabimento orçamental com o número 1631 (requisição interna);-----

-----c) Não existe qualquer impedimento legal que impossibilite a celebração do contrato com o presente prestador de serviços.-----

-----2.-Com o mesmo prestador de serviços, o município possuía um contrato celebrado com objeto idêntico ao presente, tendo terminado a sua vigência em Fevereiro de 2015. Durante a sua vigência, em 02 de Fevereiro de 2012 sofreu uma redução aos honorários inicialmente contratados no valor de 495,32 € para 88,82€ mensais (correspondendo uma redução de 82%).-----

-----Como o contrato anterior já foi sujeito a uma redução remuneratória a mesma não será de aplicar no presente.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----IV- Da proposta em sentido estrito:-----

-----Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, considera-se que deverá ser presente ao executivo municipal, proposta para que delibere emitir, por força do disposto no nº. 1 e do artigo 3º. da Portaria 149/2015, de 26 de Maio, parecer vinculativo favorável relativamente à celebração do contrato de prestação de serviços com SERVI RODRIGUES, por se encontrarem reunidos todos os requisitos previstos no nº. 2 do artigo 3º. da mesma Portaria.-----

-----V- Encargos plurianuais:-----

-----Considerando que o presente contrato acarreta compromissos plurianuais, deverá a Câmara, nos termos da delegação de competências dadas pela assembleia municipal, em sua sessão de 31 de Dezembro de 2013, emitir parecer favorável à sua assunção. A repartição de encargos será efetuada da seguinte forma:-----

-----Ano de 2015: 630,00€; - Ano de 2016: 1.080,00€; - Ano de 2017:1.080,00€;- Ano de 2018: 450,00€".-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade emitir parecer prévio favorável e aprovar a repartição plurianual dos encargos.-----

8.2.-EMIÇÃO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE REGULAMENTOS, COM PEDRO MOTA E COSTA UNIPessoal, LDª.-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação do Coordenador Técnico da Unidade de Contratação Pública, datada de 10 do corrente mês, sobre o assunto em epígrafe e que a seguir se transcreve:-----

-----“ASSUNTO: Emissão de parecer vinculativo para celebração do contrato de prestações de serviços com Dr. PEDRO MOTA E COSTA:-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----I-Objecto do contrato:-----

-----O contrato de prestação de serviços tem como objeto a prestação de serviços para a elaboração de regulamentos municipais, nomeadamente “Munícipe Presente”, “Doce Típico de Mortágua” e “Cartão Mortágua Jovem”.-----

-----II- Enquadramento legal do pedido de parecer vinculativo:-----

-----1.-Nos termos do 6º. do Dec. Lei 209/2009, de 3 de Setembro, a celebração de contratos de prestação de serviços, carece de parecer favorável do órgão executivo:-----

-----Os termos e tramitação do parecer favorável encontra-se regulamentado nos termos da Portaria 149/2015, de 26 de Maio.-----

-----2.-Conforme determina o nº. 2 do artigo 3º. desta Portaria a emissão de parecer favorável depende da verificação dos seguintes requisitos cumulativos:-----

-----a) Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se releve inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público.-----

-----b) Existência de cabimento orçamental.-----

-----c) Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável.-----

-----d) Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no nº.1 do artº. 2º. e artigo 4º. da Lei 75/2014, de 12 de Setembro e artigo 75º. da Lei 82-B/2014, de 31 de Dezembro, juntando para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado.-----

-----III- Do contrato de prestação de serviços a celebrar:-----

-----1-Tendo por base o contrato a celebrar, pelo prazo de 5 meses com o presente prestador de serviços, demonstra-se que:-----

-----a) Trata-se de trabalho não subordinado, não existindo qualquer possibilidade ao recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público, porquanto o quadro de pessoal



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

não possui pessoal qualificado nem meios técnicos para o efeito.-----

-----b) Pelos serviços de contabilidade foi emitida a declaração de cabimento orçamental com o número 1606 (requisição interna).-----

-----c) Não existe qualquer impedimento legal que impossibilite a celebração do contrato com o presente prestador de serviços, conforme se verifica pela apresentação da declaração modelo anexo I do Código dos Contratos Públicos, bem assim como do impedimento do artº 113º do mesmo Código.-----

-----d) Com o mesmo prestador de serviços, o município possuía um contrato celebrado com objeto idêntico ao presente, terminando a sua vigência em Dezembro de 2014, sendo os honorários mensais no valor de 1.400,00€.-----

-----No presente procedimento estabeleceu-se como preço base o valor global de seis mil euros (6.000,00 €), o que corresponde para 5 meses de contrato o valor mensal de mil e duzentos euros (1.200,00 €). Assim, em relação ao contrato anterior verifica-se uma redução de cerca de quinze por cento (15%).-----

-----IV- Da proposta em sentido estrito:-----

-----Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, considera-se que deverá ser presente ao executivo municipal, proposta para que delibere emitir, por força do disposto no nº. 1 e do artigo 3º. da Portaria 149/2015, de 26 de Maio, parecer vinculativo favorável relativamente à celebração do contrato de prestação de serviços com Dr. PEDRO MOTA E COSTA, por se encontrarem reunidos todos os requisitos previstos no nº. 2 do artigo 3º. da mesma Portaria.”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade emitir parecer prévio favorável.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

8.3.-EMIÇÃO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA PLATAFORMA ELETRÓNICA NO ÂMBITO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA COM A CONSTRULINK – TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação do Coordenador Técnico da Unidade de Contratação Pública, datada de 8 de julho corrente, sobre o assunto em epígrafe e que a seguir se transcreve:-----

-----“ASSUNTO: Emissão de parecer vinculativo para celebração do contrato de prestações de serviços para disponibilização de plataforma eletrónica de contratação pública.-----

-----I-Objecto do contrato:-----

-----O contrato de prestação de serviços tem como objeto a prestação de serviços para a disponibilização de plataforma eletrónica de contratação pública pelo prazo de 3 anos com a Construlink.-----

-----II- Enquadramento legal do pedido de parecer vinculativo:-----

-----a) Nos termos do 6º. do Dec. Lei 209/2009, de 3 de Setembro, a celebração de contratos de prestação de serviços, carece de parecer favorável do órgão executivo:-----

-----Os termos e tramitação do parecer favorável neste momento, encontra-se regulamentada nos termos da Portaria 149/2015, de 26 de Maio.-----

-----b)Conforme determina o nº.2 do artigo 3º. desta Portaria , a emissão de parecer favorável depende da verificação dos seguintes requisitos cumulativos.-----

-----c) Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se releve inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público.-----

-----d) Existência de cabimento orçamental.-----

-----e) Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----f) Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no nº.1 do artº. 2º. e artigo 4º. da Lei 75/2014, de 12 de Setembro e artigo 75º. da Lei 82-B/2014, de 31 de Dezembro, juntando para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado.-----

-----III- Do contrato de prestação de serviços a celebrar:-----

-----1-Tendo por base o contrato a celebrar, pelo prazo de 3 anos com o presente prestador de serviços , demonstra-se que:-----

---a) Trata-se de trabalho não subordinado, não havendo qualquer possibilidade de recorrer a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público tendo em consideração as características dos serviços a prestar.-----

-----b) Pelos serviços de contabilidade foi emitida a declaração de cabimento orçamental com o número 1628.-----

-----c) Não existe qualquer impedimento legal que impossibilite a celebração do contrato com o presente prestador de serviços.-----

-----d) Com o mesmo prestador de serviços, o município possuía um contrato celebrado com objeto idêntico ao presente, tendo terminando a sua vigência no corrente mês. O anterior contrato com a vigência de 3 anos, de Julho de 2012 a Julho de 2015, tinha como remuneração a importância de 12.150,00€. Para o novo contrato com a mesma vigência e para os mesmos serviços, apresenta uma redução de 10%, passando para 10.935,00€. Fica assim comprovada a redução remuneratória prevista no nº.1 do artº. 2º. e artigo 4º. da Lei 75/2014, de 12 de Setembro e artigo 75º. da Lei 82-B/2014, de 31 de Dezembro.-----

-----IV- Da proposta em sentido estrito:-----

-----Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, considera-se que deverá ser presente ao executivo municipal, proposta para que delibere emitir, por força do disposto no nº1 e do artigo 3º da Portaria 149/2015, de 26 de Maio, parecer vinculativo



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

favorável relativamente à celebração do contrato de prestação de serviços com CONSTRULINK SA, por se encontrarem reunidos todos os requisitos previstos no nº2 do artigo 3º da mesma Portaria.-----

-----**V- Encargos plurianuais** – Considerando que o presente contrato acarreta compromissos plurianuais, deverá a Câmara, nos termos da delegação de competências dadas pela assembleia municipal, em sua sessão de 31 de Dezembro de 2013, emitir parecer favorável à sua assunção. -----

-----A repartição de encargos será efetuada da seguinte forma:- Ano de 2015: 5.645,00€;-Ano de 2016: 4.045,00€; -Ano de 2017: 4.045,00€.-----

-----Estes valores para além do valor da disponibilização da plataforma da contratação pública (10.935,00€), possuem o *Serviço de Integração- Transparência Municipal*, no valor de 2.800,00€ para os três anos, sendo pago no primeiro ano 2.000,00€ e no 2º. e 3º. ano 400,00€.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade emitir parecer prévio favorável e aprovar a repartição plurianual dos encargos.-----

8.4.-EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A FESTA DA XXV JUVENTUDE/XVI FEIRA DAS ASSOCIAÇÕES (BANDAS, SOM E PALCO), COM MALPAGENCY, LDª.:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação do Coordenador Técnico da Unidade de Contratação Pública, datada de 8 julho corrente, sobre o assunto em epígrafe e que a seguir se transcreve:-----

-----“ASSUNTO: Emissão de parecer vinculativo para celebração do contrato de prestações de serviços com MALPAGENCY- Festa da Juventude 2015.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----I-Objeto do contrato:-----

-----O contrato de prestação de serviços tem como objeto a prestação de serviços organização da Festa da Juventude 2015 , nomeadamente contratação de bandas, aluguer de palco, de som e iluminação.-----

-----II-Enquadramento legal do pedido de parecer vinculativo:-----

-----a) Nos termos do 6º do Dec. Lei 209/2009, de 3 de Setembro, a celebração de contratos de prestação de serviços, carece de parecer favorável do órgão executivo.-----

-----Os termos e tramitação do parecer favorável encontra-se regulamentada nos termos da Portaria 149/2015, de 26 de Maio.-----

-----b) Conforme determina o nº. 2 do artigo 3º. desta Portaria a emissão de parecer favorável depende da verificação dos seguintes requisitos cumulativos.-----

-----c) Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se releve inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público.-----

-----d) Existência de cabimento orçamental.-----

-----e)Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável.-----

-----f) Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no nº.1 do artº. 2º. e artigo 4º. da Lei 75/2014, de 12 de Setembro e artigo 75º. da Lei 82-B/2014, de 31 de Dezembro, juntando para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado.-----

-----III- Do contrato de prestação de serviços a celebrar:-----

-----1-Tendo por base o contrato a celebrar, pelo prazo de 3 anos com o presente prestador de serviços, demonstra-se que:-----

-----a) Quanto à verificação do primeiro requisito não existem quaisquer dúvidas tratar-se de trabalho não subordinado, não existindo qualquer possibilidade ao recurso a qualquer



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

modalidade de relação jurídica de emprego público.-----

-----b) Pelos serviços de contabilidade foi emitida a declaração de cabimento orçamental com o número 1726 (requisição interna).-----

-----c) Não existe qualquer impedimento legal que impossibilite a celebração do contrato com o presente prestador de serviços, conforme se pode verificar pela apresentação da declaração modelo I anexo do Código dos Contratos Públicos. Também não se encontra abrangido pelo impedimento do artº. 113º. do mesmo Código.-----

-----d) Quanto à redução remuneratória, o concorrente declarou que : "dado as características dos serviços a prestar, nomeadamente os valores contratados com os artistas, e ainda pelo facto do valor da sua proposta contemplar o mínimo possível de margem de lucro, não é possível qualquer redução remuneratória, sob pena de não lhe ser possível executar os serviços objeto do contrato". -----

-----**IV- Da proposta em sentido estrito.**-----

-----Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, considera-se que deverá ser presente ao executivo municipal, proposta para que delibere emitir, por força do disposto no nº1 e do artigo 3º da Portaria 149/2015, de 26 de Maio, parecer vinculativo favorável relativamente à celebração do contrato de prestação de serviços com MALPAGENCY, por se encontrarem reunidos todos os requisitos previstos no nº2 do artigo 3º da mesma Portaria."-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou maioria com seis votos a favor, sendo quatro do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores eleitos pelo PPD/PSD e dois de Vereadores eleitos pelo PS, e uma abstenção da Senhora Vereadora eleita pelo PS, Drª. Márcia Maria dos Santos Lopes, emitir parecer prévio favorável, condicionado à apresentação de demonstração cabal e inequívoca da impossibilidade do cumprimento da redução remuneratória prevista e artigo 75º da Lei 82-B/2014, de 31 de Dezembro.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

8.5.-AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PROPOSTA DE DISPENSA DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“No seguimento da informação da DAGF, datada de 13/07/2015, que se anexa, e considerando que:-----

-----A Lei nº. 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para o ano de 2015, veio manter a atualizar um conjunto de medidas com vista a reduzir os encargos do Estado e das entidades públicas em geral.-----

-----Aí se consagrou, no nº.5 do artigo 75º., que carece de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em funções públicas, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:-----

-----a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades tarefa e de avença:-----

-----b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultoria técnica.-----

-----No nº.12 do mesmo diploma estatuiu-se que *“Nas autarquias locais, o parecer previsto no nº.5 é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do nº.6, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no nº.1 do artigo 6º. do Decreto-Lei nº.209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis nº.s 3-B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro”*.-----

-----Em 26 de maio 2015 foi publicada a Portaria nº. 149/2015, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio favorável e da autorização previstos do artigo 6º. do Decreto-Lei nº.209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis nº.s 3-B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Os termos e tramitação previstos na referida portaria aplicam-se a todos os contratos de aquisição de serviços, nomeadamente nas modalidades de tarefa e de avença e ou cujo objeto seja a consultadoria técnica, designadamente jurídica, arquitetónica, informática ou de engenharia, celebrados por autarquias locais.-----

-----No entanto existem situações que exigem intervenção urgente e de curta duração, e em que a sujeição individualizada a parecer prévio e a correspondente demora poderia afetar o regular funcionamento dos serviços e ainda implicar aumento de custos associados à intervenção.-----

-----É necessário garantir sistemas destinados a assegurar eficiência e eficácia na gestão, em matéria de contratação pública, o que não se alcançará sem que, entre outras medidas, à semelhança do que sucede na administração central com os pareceres genéricos, se delibere uma autorização genérica para efeito de parecer prévio vinculativo.-----

-----Nesse sentido, o artigo 4º. da Portaria prevê a possibilidade do órgão executivo poder autorizar o presidente da câmara municipal ou quem tiver a competência delegada para a decisão de contratar a celebrar um número máximo de contratos de aquisição de serviços com dispensa do parecer prévio favorável.-----

-----A autorização especifica o objeto dos contratos abrangidos, bem como o valor máximo de cada um dos contratos a celebrar.-----

-----A celebração de contratos ao abrigo da autorização não prejudica o dever de cumprimento dos requisitos previstos no nº.2 do artigo 3º. da Portaria nº. 149/2015, de 26 de maio.-----

-----Os contratos não podem ser automaticamente renovados, nem o respetivo prazo pode ser objeto de prorrogação.-----

-----Assim proponho que a Câmara Municipal delibere:-----

-----1.- Autorizar, ao abrigo do disposto no nº.1 do artigo 4º. da Portaria nº. 149/2015, de 26 de maio, o Presidente da Câmara Municipal a celebrar no máximo 30 contratos, até ao fim do



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ano de 2015, de aquisição de serviços nomeadamente nas modalidades de tarefa e de avença e ou cujo objeto seja a consultadoria técnica, designadamente jurídica, arquitetónica, informática ou de engenharia, com dispensa do parecer prévio favorável do órgão executivo, desde que o trabalho a executar respeite, cumulativamente, os seguintes requisitos:-----

-----a) Procedimento cujo preço contratual não seja superior a 5.000,00 (sem IVA incluído);--

-----b) Contratos cujo objeto se enquadre nas seguintes classificações orçamentais: 020202 – Limpeza e higiene; 020203 – Conservação de bens; 020209 – Comunicações; 020210 – Transportes; 0202012 – Seguros; 020214 – Estudos, pareceres, projetos e consultadoria; 020215 – Formação; 020216 – Seminários, Exposições e similares; 020217 – Publicidade; 020218 – Vigilância e segurança; 020219 – Assistência técnica; 020220 – Outros trabalhos especializados; 020225 – Outros serviços;-----

-----c) Seja dado cumprimento ao disposto no nº.2 do artigo 3º. , da Portaria nº. 149/2015, de 26 de maio.-----

-----2.-Que até ao final do mês seguinte a que digam respeito, seja dado conhecimento à Câmara Municipal a lista dos contratos celebrados ao abrigo desta autorização de dispensa do parecer prévio favorável do órgão executivo, com expressa referência aos respetivos valores de adjudicação e cabimento orçamental.-----

-----A celebração de contratos de prestação e aquisição de serviços que não se enquadrem no disposto no ponto 1 estão sujeitas a parecer prévio específico do órgão executivo.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta.-

8.6.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2015:-

-----Considerando a necessidade de reforçar e reajustar diversas rubricas do orçamento Municipal do corrente ano, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do Decreto - Lei número 54-A/99, de vinte e dois de fevereiro, conjugado com a alínea d) do número 1 do artigo 33º. da Lei nº. 75/2013, de 12 setembro, a proposta de modificação por alteração ao



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

orçamento que apresentava os seguintes valores:-----

-----Reforço despesas correntes – mil euros (1.000,00 €).-----

-----Anulação despesas correntes – mil euros (1.000,00 €).-----

-----Depois de apreciada a alteração ao Orçamento Municipal, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprová-la ficando a mesma arquivada no maço de documentos da presente reunião.-----

8.7.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO ÀS OPÇÕES DO PLANO DE 2015:-----

-----Considerando a necessidade de dotar diversos projetos das Opções do Plano do corrente ano de verbas necessárias à satisfação de compromissos assumidos decorrentes da evolução normal dos empreendimentos em curso, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do ponto 8.3.2.3 do Decreto – Lei número 54-A/99, conjugado com a alínea d) do número do 1 do 33º. da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, a proposta de alteração às Opções do Plano do corrente ano que apresentava os seguintes valores:-----

-----Reforço de Financiamento definido – seis mil euros (6.000,00 €).-----

-----Depois de apreciada a alteração às Opções do Plano, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la ficando a mesma arquivada no maço de documentos da presente reunião.-----

9.-LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES:-----

9.1.-PROCº. Nº.1/2015/91, DA BORPERGÁS – COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE GÁS,LDA. PARA A CONSTRUÇÃO DE POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente processo nº. 01/2015/91, cujo requerente é a Borpergás – Comércio e Distribuição de Gás, Lda. ao projeto de arquitetura para construção de Posto de Abastecimento de Combustíveis – Consumo Próprio Classe A1 e com a capacidade de 39 m2 , sito na Rua da Escola, no Sobral .-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Junto encontra-se a informação da Divisão de Planeamento e Administração do Território, do seguinte teor:-----

-----“ A análise do projeto e ainda da informação dos:-----

-----. Serviços Administrativos Municipais (fl.36).-----

-----.Serviços de Fiscalização Municipal (fl.37).-----

-----Indicam tratar-se de uma:-----

-----. Instalação de armazenamento de GPL para consumo próprio, da classe A1 sujeito ao regime de licenciamento simplificado previsto no anexo III do DL nº. 217/2012 e artigo 18º. da Portaria nº. 1515/2017, de 30 novembro.-----

-----Está verificada a conformidade da operação urbanística com os instrumentos de gestão territorial e outras normas legais e regulamentos vigentes.-----

-----Está também verificada a conformidade do projeto específico da instalação pela entidade inspetora – EI de instalações de combustíveis, com a legislação aplicável que deve ser mantida em termos de vistorias e inspeções regulamentares.-----

-----As instalações serão sujeitas à vistoria final prevista no artigo 14º. (que pode ser executada por uma EI) e destinada à emissão da licença de exploração, seguirá a tramitação prevista no nº.2 e 3 e 4 do artigo 19º. Da portaria 1515/2007, de 30 de novembro.-----

-----Propõe-se a aprovação do processo para licenciamento da operação urbanística.-----

-----Assim e no que respeita à construção das instalações, haverá lugar a:-----

-----. emissão de licença de execução de obras para um prazo de 6 meses (fl.26).-----

-----. liquidação de taxas municipais relativas a uma área de construção de 89m2 (fl.37).-----

-----Note-se ainda que o nº. 2 do artigo 5º. do DL nº. 217/2012, de 9 de outubro indica-nos que os procedimentos administrativos de controlo prévio de ..., construção,... das instalações de armazenagem de combustíveis seguem o procedimento aplicável à respetiva operação urbanística nos termos do nº. 1 a 4 do artigo do RJUE (Dec. Lei nº. 136/2014”.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara, depois de apreciado, deliberou por unanimidade aprovar o processo para licenciamento da operação urbanística.-----

9.2.-REQº. Nº.01/2015/76, DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DO PROCº. 23/2015 NOS TERMOS DA ALÍNEA d) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 29º. DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS:-----

-----Este ponto foi retirado da presente reunião.-----

9.3.-REQº. Nº.01/2015/419, DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DO PROCº. 419/2015 NOS TERMOS DA ALÍNEA d) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 29º. DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS:-----

-----Foi presente o requerimento da Casa do Benfica de Mortágua, registado sob o número 03/2015/76 a requerer a isenção de pagamento da taxa no valor de cento e cinquenta euros e trinta e cinco cêntimos (150,35 €) referente ao processo número 03/2015/1 de emissão da autorização de utilização do seu edifício sede.-----

-----Conforme o previsto na alínea d), do número 1 do artigo 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas a Câmara Municipal pode conceder a isenção de pagamento de taxas a “ Entidades religiosas, culturais, desportivas, sociais, recreativas ou outras que, na área do Município, prossigam fins de interesse público.”-----

-----A informação dos serviços constante no processo considera que a petição reúne condições para ser apreciada em reunião de Câmara.-----

-----Porém com a entrada em vigor da Lei nº.73/2013 de 3 de setembro, a competência para a concessão de tais isenções ou reduções passou para a Assembleia Municipal, quando propostas pela Câmara Municipal, conforme o preceituado no nº. 2, do artigo 16º. daquele diploma.-----

-----Assim, a Câmara deliberou por unanimidade solicitar à Assembleia Municipal a concessão da isenção de pagamento de taxa no valor de cento e cinquenta euros e trinta e



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

cinco cêntimos (150,35 €) à Casa do Benfica referente ao procº. 03/2015/1 de emissão da autorização de utilização do seu edifício sede.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:-----

-----Não se registou a presença de qualquer Munícipe.-----

-----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião pelas dezoito.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim

Secretário do Órgão e

pelo Senhor Presidente.-----